

Curso de Educação à Distância

Licenciatura em Ciências Sociais

# Antropologia 1

Conteúdo Programático - Período 2





**Ministério  
da Educação**



**Presidente da República Federativa do Brasil**

**Dilma Rousseff**

**Ministro da Educação**

**Aloisio Mercadante**

**Presidente da Capes**

**Jorge Almeida Guimaraes**



## **Universidade Federal de Alagoas**

### **Reitor**

Eurico de Barros Lobo Filho

### **Vice-Reitor**

Rachel Rocha de Almeida Barros

### **Coordenador UAB/CIED**

Luis Paulo Leopoldo Mercado

### **Coordenador Adjunto UAB/CIED**

Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

### **Coordenação de Projetos e Fomentos/CIED**

Mylena Araujo

### **Coordenadora do Núcleo de Formação/CIED**

Lilian Carmen Lima dos Santos

### **Coordenação de Tutoria/CIED**

Rosana Saria de Araujo

### **Coordenador do Núcleo de Comunicação e Produção de Materiais Didáticos/CIED**

Guilmer Brito

### **Responsável pelos Projetos de Design Gráfico/CIED**

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

### **Projeto Gráfico**

Luiz Marcos Resende Júnior

### **Diagramação e Finalização**

Lucas Gerônimo Villar



# Antropologia 1

Disciplina 2

## **Professora:**

Fernanda Rechenberg

## **Revisão ortográfica:**

Prof. Wilson Bomfim

## **Coordenação de curso:**

Luciana Santana

## **Coordenação de tutoria:**

Júlio Cezar Gaudêncio Silva

## **Supervisão Teórica:**

Luciana Santana e João Vicente R. B. C. Lima

## **Revisão de Conteúdo:**

Evaldo Mendes da Silva/ Luciana Santana

**D4**

## APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Caros alunos,  
sejam bem vindos à Antropologia I, disciplina do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a Distância. Esta disciplina busca apresentar um panorama da antropologia, com seus principais conceitos e métodos, os cenários sociais e intelectuais que proporcionaram seu surgimento e os autores pioneiros na legitimação da antropologia como ciência. Ao estudarmos o trajeto histórico da antropologia, desde os contextos que corroboraram para sua formação até o surgimento da antropologia moderna, buscaremos compreender o modo através do qual os homens perceberam e documentaram as diferenças existentes entre si durante um determinado período de tempo.

Aproveitem a leitura e bons estudos!

## PLANO DA DISCIPLINA

Curso: Licenciatura em Ciências Sociais

Disciplina: Antropologia I

Carga horária total: 60h (presencial: 20h / online: 40h)

Professora: Fernanda Rechenberg

### Ementa:

Objeto e classificações da antropologia. Relações com outras ciências humanas. A formação da Antropologia científica: crítica aos determinismos geográfico e biológico. O evolucionismo cultural do século XIX e seus limites. Antropologia e colonialismo. Etnocentrismo e relativismo cultural. Cultura e sociedade. Cultura e ideologia. Cultura e política.

### Conteúdos:

**Unidade 1 - A antropologia: definições, especialidades e principais conceitos**

1.1 A Antropologia e as Ciências Sociais

- 1.2 Definições e especialidades
- 1.3 Homem e cultura

### **Unidade 2 – Uma “pré-história” da antropologia**

- 2.1 A descoberta da alteridade: uma “pré-história” da antropologia
- 2.2 O contexto colonial e os determinismos geográfico e biológico

### **Unidade 3 - O Evolucionismo Cultural e seus principais teóricos**

- 3.1 O surgimento da antropologia como ciência
- 3.2 Os antropólogos pioneiros: teoria e método

### **Unidade 4 – O surgimento da Antropologia Moderna**

- 4.1 Franz Boas e a crítica ao método comparativo
- 4.2 Franz Boas e a crítica aos determinismos
- 4.3 O método etnográfico como marca distintiva da Antropologia Moderna

### **Unidade 5 – Cultura e etnocentrismo**

- 5.1 O conceito de cultura: definições e debates antropológicos
- 5.2 Sobre etnocentrismo

### **Metodologia:**

Serão realizadas aulas presenciais, nas quais o professor irá apresentar a disciplina e principais tópicos, e aulas à distância, nas quais os alunos realizarão as leituras indicadas e atividades propostas. Para concretização dos objetivos propostos nesta disciplina, será necessária a participação ativa dos alunos na produção de textos, fichas analíticas e trabalhos individuais e em grupo solicitados pelo professor; navegação por sites recomendados, acesso a links para a leitura de textos pertinentes à área e visualização de vídeos igualmente importantes; leitura de artigos e/ou livros disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou na biblioteca do seu pólo e participação na Plataforma Moodle com suas ferramentas de interação e comunicação. .



## Objetivos:

### Objetivo Geral

Apresentar ao aluno uma introdução ao conhecimento da ciência antropológica, oportunizando reflexões acerca do seu campo de atuação, de seus principais conceitos e dos esquemas intelectuais dos antropólogos pioneiros. .

### Objetivos Específicos

- Apresentar os primórdios da antropologia e da relação com a alteridade, a relação entre colonialismo e o surgimento da antropologia e as principais correntes do pensamento antropológico até o século XIX.
- Familiarizar o aluno com conceitos chave da antropologia, tais como cultura, etnocentrismo e relativismo cultural.
- Situar o aluno no campo de reflexões metodológicas da antropologia.

**Competências e/ou habilidades que o aluno deve desenvolver na disciplina:**

PESSOAL	SOCIAL	PROFISSIONAL
Adquirir conhecimentos que contribuam para a reflexão pessoal sobre alteridade e etnocentrismo..	Desenvolver uma compreensão abrangente e aprofundada dos fenômenos sociais e das heterogeneidades culturais existentes em nossa sociedade	Adquirir reflexões teóricas e instrumentais para se compreender a diversidade sócio cultural existente no mundo contemporâneo e, mais especificamente, nos ambientes escolares.

**Unidades Conceituais Anteriores que o aluno deve apresentar para desenvolver uma aprendizagem significativa na disciplina:**

- Contexto de formação e autores pioneiros das

## Ciências Sociais

- Noções básicas de Ensino à Distância

**UNIDADE 1:**

Disciplina 2

# **A Antropologia: Definições, Especialidades e Principais Conceitos**



## 1.1 A Antropologia e as Ciências Sociais

Quando abordamos a antropologia no contexto das Ciências Sociais, é frequente o entendimento de que a antropologia se dedica ao estudo dos povos chamados “primitivos”, em contraposição à sociologia que estudaria o homem chamado “civilizado”, urbano, contemporâneo. Ou de que a antropologia estudaria as culturas, e a sociologia, assim como a ciência política, estudaria as instituições.

Estas definições, embora sejam generalizações simplificadoras das disciplinas, não estão de todo equivocadas. Para compreendê-las de forma crítica, no entanto, é necessário conhecermos as trajetórias destes campos disciplinares. Em outras palavras, entendermos a que a antropologia se dedica, seus principais objetos de estudo, seus conceitos norteadores, sua metodologia singular.

De fato, a antropologia inicia seus debates se perguntando sobre o que é o homem, o enigma do homem. A própria etimologia desta palavra de origem grega nos sugere tal objeto de estudo: *Anthropos* (homem) e *logos* (estudo, conhecimento, ciência).

A busca pelo conhecimento do homem pelo homem, associada a um contexto colonial de contato com as chamadas sociedades primitivas, situou estas populações (indígenas, nativas ou autóctones) como ideais para se estudar “o homem”. Era como se tais povos pudessem nos dar uma ideia de como seria o homem em um estado de natureza. Enquanto a Sociologia voltou suas preocupações às consequências do processo de industrialização nas cidades, a Antropologia voltava seu olhar e sua curiosidade para as populações nativas de territórios ainda pouco conhecidos do ponto de vista científico, como a África, a América e a Oceania.

Mas se a antropologia se caracterizasse pelo estudo de um certo tipo de sociedade – nesse caso, as sociedades ditas primitivas – será que ela ainda teria razão de existência hoje em dia, no mundo atual, em que vivemos um contexto global de interpenetração de diferentes culturas, onde é cada vez mais difícil falarmos de sociedades primitivas ou isoladas?

Após décadas de estudos científicos acerca dos povos ditos primitivos, os antropólogos passaram a questionar se



### Glossário

**Autóctone = Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígene, indígena. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 08 de julho de 2013.**

a antropologia pesquisava um objeto que estaria em vias de extinção. O antropólogo Evans-Pritchard, sabiamente afirmou, em meio a esta polêmica, que a antropologia estudava problemas, e não povos.

Alguns anos mais tarde, o antropólogo Claude Lévi-Strauss em um curto artigo denominado “A crise moderna da antropologia” (1962), mostrou que em nenhuma hipótese o processo de diminuição dos povos ditos primitivos pode colocar em risco o futuro da disciplina, na medida em que ela não se define por um objeto concreto, mas pelo olhar que deita sobre a questão da diferença.

Para o autor,

“Enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuarão a ser o domínio da antropologia” (Lévi-Strauss 1962: 26).

Nesse sentido que podemos somar à definição da antropologia como o estudo do homem, este seu interesse especial pelas diferenças culturais. Estudaremos na Unidade 2 como foram estarrecedores os primeiros encontros entre as diferentes culturas do homem, e em especial, a chegada do homem europeu ao continente americano. O espanto diante do diferente foi tamanho, a ponto de espanhóis e portugueses se perguntarem se realmente os indígenas eram seres humanos – dada a diferença entre a cultura do europeu e a cultura do nativo das terras americanas.

Mas a questão das diferenças culturais não surge apenas quando nós entramos em contato com costumes exóticos ou povos chamados primitivos. Vocês podem constatar essa diferença quando viajam para algum outro lugar, cidade, estado, país, ou mesmo no cotidiano, em que um colega de trabalho pertence a um grupo religioso diferente do de vocês, ou um amigo que tem um tipo de ocupação profissional a qual vocês desconhecem. Nós vivemos as diferenças culturais cotidianamente.

A antropóloga brasileira Mariza Peirano (1995) argumenta que a antropologia se caracteriza justamente

pelo confronto entre teoria e dado etnográfico. Poderíamos definir o antropólogo como um pesquisador que tem grande consideração pelas ideias do nativo, ou seja, do grupo o qual pesquisa. Isso porque a construção de conhecimento na antropologia se dá justamente nesse diálogo entre teoria e prática: o que a pesquisa etnográfica acerca de determinado grupo social tem a me dizer a respeito desta ou daquela teoria?

As pesquisas antropológicas utilizam predominantemente uma metodologia qualitativa, e em especial, o método etnográfico, o qual reúne um conjunto de ferramentas de pesquisa que consiste em um convívio denso e prolongado com o grupo pesquisado. É principalmente através deste método, ou seja, de uma maneira peculiar de se realizar a pesquisa, que a Antropologia se diferencia das demais ciências sociais e humanas.

Se a Antropologia tradicionalmente se ocupou do estudo dos povos ditos primitivos, é mediante o aumento dos contatos interétnicos e a progressiva diminuição das sociedades até então isoladas, que a antropologia deixou de estudar um objeto de pesquisa específico (as sociedades chamadas primitivas), passando a focalizar investigações sobre a alteridade e culturas em suas mais variadas formas.

Assim, a antropologia hoje se dedica ao estudo de grupos e fenômenos sociais muito variados, oferecendo um amplo leque de temáticas e possibilidades de investigação aos pesquisadores, tais como relações étnicas e raciais, meio ambiente, patrimônio, identidade e etnia, grupos indígenas, territorialidade, tribos e sociabilidades urbanas, imagem, comunidades rurais, religiosidades, política, corpo e saúde, gênero e sexualidade, globalização e consumo, ética, instituições jurídicas e formas de regulação social, migrações, educação, ciência, entre outros.



### Exercício de Aprendizagem

Faça uma busca exploratória em websites e blogs referentes à antropologia sobre os principais temas de pesquisa deste campo disciplinar e comente no fórum sobre os temas de maior

interesse para sua formação.

**Websites e blogs sugeridos:**

Associação Brasileira de Antropologia: [WWW.abant.org.br](http://WWW.abant.org.br)

Comunidade virtual de antropologia: <http://www.antropologia.com.br/>

Antropologia: notícias do campo e do gabinete: <http://agreste.blogspot.com.br/>

## 1.2 Definições e especialidades

Se a Antropologia é definida de forma ampla, como o estudo do homem enquanto ser biológico, social e cultural, é certo que a busca constante pela definição e pelo estudo do homem na totalidade de suas manifestações torna a antropologia uma ciência de largo raio de atuação, favorecendo a existência de subdivisões incumbidas do estudo do homem sob seus mais variados aspectos. Ou seja, a amplitude da definição da antropologia sugere a existência de diferentes ramos ou campos de conhecimento no interior desta disciplina, os quais enfatizam um ou outro aspecto do ser humano a serem investigados.

Os chamados “quatro campos” da Antropologia são assim definidos principalmente por uma tradição norte-americana, na qual as investigações antropológicas são orientadas de acordo com estas especialidades temáticas. Estes campos orientam esferas de interesse da antropologia e as áreas de intersecção com outros campos disciplinares, tais como a biologia, a história, a psicologia e a linguística.

1. **Antropologia Biológica: estudo do homem enquanto ser biológico, abordando as relações entre natureza e cultura na constituição do ser humano; a variação dos caracteres biológicos do homem no espaço e em tempos**



determinados, e a influência dos fatores culturais no desenvolvimento do indivíduo. Atualmente este campo vem trazendo provocações à dissociação cultura-natureza e propondo novas formas de compreender o homem. No passado, a utilização de métodos das ciências naturais para a compreensão do homem era conhecida como antropologia física e se caracterizava por metodologias que incluíam medições de crânio e esqueletos, análise das morfologias corporais de indivíduos de distintas sociedades, orientadas pelas doutrinas raciais as quais buscavam comprovações físicas para as diferenças entre as raças. Os estudos de antropologia física foram amplamente criticados em meados do século XX.

2. **Antropologia Pré-histórica:** também conhecida como Arqueologia, trata do estudo do homem através dos vestígios materiais encontrados no solo ou em inscrições rupestres, buscando construir interpretações sobre sistemas sócio-culturais já desaparecidos. Os achados de ossadas de seres humanos e animais, de artefatos como potes de cerâmica, urnas funerárias e instrumentos de caça, assim como as simbolizações fornecidas pelas pinturas rupestres, permitem ao arqueólogo deduzir aspectos da dieta alimentar, das divisões sexuais, das práticas de habitação, da vida religiosa, etc. Neste campo também atuam paleoantropólogos os quais encontram vínculos entre as relações sociais e os significados dos artefatos e instrumentos.
3. **Antropologia Linguística:** dedica-se ao estudo da linguagem enquanto simbolização da cultura e transmissão da tradição. A linguagem proporciona a atribuição de sentido ao mundo, e representa para a pesquisa antropológica um acesso privilegiado à cosmovisão das sociedades.

- 4. Antropologia Social ou Cultural, ou Etnologia:** aqui o homem é entendido enquanto membro de uma cultura e sociedades específicas. Este é o campo de maior abrangência da antropologia, já que diz respeito a tudo o que constitui uma sociedade: seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, sua religião, sua arte, etc. Trata-se de compreender o homem na intersecção de sua vida sócio-cultural, ou seja, na forma como tais aspectos interagem entre si conformando uma totalidade, a qual pode ser investigada pelo antropólogo.

Os estudos de Antropologia no Brasil se referem principalmente a este quarto campo de especialidade. É neste campo que se sedimentam as principais linhagens e tradições de conhecimento da Antropologia, as quais vocês irão estudar nas disciplinas de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a Distância.

As três denominações referidas ao quarto campo (Antropologia Social, Antropologia Cultural e Etnologia) são variações regionais na pesquisa e na produção de conhecimento antropológico. A Antropologia Social está mais relacionada a uma tradição britânica de estudos antropológicos os quais ao longo de seu desenvolvimento enfatizaram as instituições, enquanto que a Antropologia Cultural a uma tradição norte-americana de estudo dos comportamentos culturais das sociedades. O termo Etnologia estaria associado a uma tradição francesa de estudo das etnias.

Estes termos são assim usados para indicar certas filiações dos antropólogos à suas escolas de pensamento, denotando formas de fazer pesquisa antropológica com ênfases e preocupações que podem ter variações. Não devem ser tomados, no entanto, como classificações irreduzíveis, tendo em vista que a antropologia se constitui como um campo de estudos amplo, o qual unifica estas diferentes tradições nacionais em seus modos de fazer e pensar antropologia. Isso se torna mais premente no contexto de um mundo globalizado e de intensas trocas intelectuais, no qual a produção de

conhecimento circula nos diferentes continentes com exímia rapidez através de livros e publicações eletrônicas.

Já o termo etnografia diz respeito à metodologia antropológica, ou seja, a um modo peculiar de conhecer e escrever sobre as diferentes culturas. Pode ser entendido também como uma etapa da pesquisa antropológica identificada com a coleta de dados, como afirma Claude Lévi-Strauss. Para este autor, a etnografia corresponderia aos primeiros estágios da investigação, ou seja, ao trabalho de campo em suas atividades de observação e descrição.



### Estudos e Pesquisas

LAPLANTINE, François. “O campo e a abordagem antropológicos”. In: \_\_\_\_\_. *Aprender Antropologia*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DA MATTA, Roberto. “A antropologia no quadro das ciências sociais”. In: \_\_\_\_\_. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp. 17 a 38.

## 1.3 Homem e cultura

Tendo em vista que esta disciplina se dedica ao estudo da Antropologia Social ou Cultural, é fundamental compreendermos que o homem, além de um ser biológico, é também um ser social e cultural.

Isso significa que mediante o aprendizado e regramento de suas funções biológicas, o ser humano desenvolve um sistema simbólico que confere sentido à sua existência. Mas não apenas isso: como afirma Roberto DaMatta (2000), o homem é o único animal capaz de pensar o seu próprio pensamento.

Este segundo plano que ultrapassa o biológico – o plano simbólico – expressa a capacidade criadora do homem, o qual busca incessantemente soluções e adaptações diante de tempos e espaços determinados. São os mitos, os ritos, as religiões, as línguas, os costumes, os saberes, as artes, a



### Saiba Mais

A pesquisa etnográfica do antropólogo Bronislaw Malinowski, realizada nas ilhas Trobriand, colocou em cheque a universalidade do Complexo de Édipo defendida por Sigmund Freud. A publicação de “Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem”, de 1927, mostrou uma sociedade regulada por normas e valores bem diferentes daqueles que orientam as sociedades ocidentais patriarcais. O material etnográfico sobre as ilhas Trobriand mostrava uma sociedade na qual a repressão do desejo sexual não estava centrada na relação mãe e filhos, mas na relação entre irmãos. Tais considerações causaram um grande impacto nas reflexões de psicólogos e antropólogos.

educação das crianças, o culto aos ancestrais, etc. Todos os homens e mulheres em todas as regiões do mundo envolvem-se na produção do que o antropólogo Clifford Geertz denomina de “símbolos significantes”:

“qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência” (Geertz, 1989, p.33).

A cultura, nesta perspectiva, expressa a diversidade de sistemas simbólicos no enfrentamento de questões comuns à existência humana, tais como comer, morar, reproduzir, criar filhos, vestir-se, trabalhar, etc. Para o antropólogo Roberto DaMatta (2000), é a vivência das regras estabelecidas de modo consciente que caracterizam o homem enquanto ser cultural, dotado de uma tradição que ensina modos de pensar, perceber, ordenar e classificar o mundo. Para cada sociedade existe uma tradição cultural que se assenta no tempo e se projeta no espaço (DaMatta, 2000, p.50).

A cultura das diferentes sociedades, no entanto, não é fruto de uma criação espontânea, e sim um processo de aprendizado e de sucessivas transformações. Com frequência, certas formas de comportamento cultural são vistas como inatas ou “naturais” pelos membros daquela cultura. Por exemplo, a noção de que o ser humano é “naturalmente” monogâmico ou monoteísta, ou de que o “complexo de Édipo”, como ficou conhecido o tabu sexual existente entre mãe e filho, existe em todas as sociedades humanas. O sentimento de que “sempre foi assim” ou de que esta é a única forma possível de existência é comum a diferentes culturas, e pode ser chamado de uma tendência de “naturalização” do social ou do cultural. Trata-se de um entendimento de que agimos e pensamos de acordo com uma suposta natureza humana, e não de acordo com orientações culturais, as quais são adquiridas no processo de socialização do indivíduo com a sociedade envolvente.

Desde uma perspectiva antropológica, todas estas formas de comportamento são o produto de escolhas culturais. O antropólogo François Laplantine (1991) reforça que se há algo que os seres humanos têm em comum é sua capacidade

para se diferenciarem uns dos outros, ou seja, se há algo de natural na espécie humana é sua aptidão à variação cultural.

O antropólogo Clifford Geertz também argumenta que

Um dos fatos mais significativos a nosso respeito pode ser, finalmente, que todos nós começamos com um equipamento natural para viver milhares de espécies de vidas, mas terminamos por viver apenas uma espécie. (Geertz, 1989, p.33)

Se é fato que o homem possui uma unidade biológica, ou seja, se todos pertencemos a mesma espécie, é no âmbito da cultura que nos diferenciamos uns dos outros. Como afirma o antropólogo Roque de Barros Laraia (2009), toda a discussão sobre cultura envolve-se em um dilema: a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana. O homem é, portanto, um animal simbólico por natureza: não há ato natural que não seja cultural.

É justamente a produção do conhecimento antropológico, na elucidação da diferença existente entre as diversas culturas, que nos faz suspeitar da naturalidade dos nossos atos, gestos, crenças, ideias, formas de pensar e classificar o mundo. O contato com o Outro, a vivência da alteridade provocam uma experiência de descentramento que oportuniza a relativização da nossa própria cultura.

O texto abaixo, de Roque Laraia (2006), relata este confronto com a diferença a partir de um gesto aparentemente “natural”: o riso.

“Mesmo o exercício de atividades consideradas como parte da fisiologia humana podem refletir diferenças de cultura. Tomemos, por exemplo, o riso. Rir é uma propriedade do homem e dos primatas superiores. O riso se expressa, primariamente, através da contração de determinados músculos da face e da emissão de um determinado tipo de som vocal. O riso exprime quase sempre um estado de alegria. Todos os homens riem, mas o fazem de maneira diferente por motivos diversos.

A primeira vez que vimos um índio Kaapor rir foi um motivo de susto. A emissão sonora, profundamente alta, assemelhava-se a imaginários gritos de guerra e a expressão facial em nada se assemelhava com aquilo que estávamos acostumados a ver. Tal fato se explica porque cada cultura tem um determinado padrão para este fim. Os alunos de uma nossa sala de aula, por exemplo, estão convencidos de que cada um deles tem um modo particular de rir, mas um observador estranho à nossa cultura comentará que todos eles riem de uma mesma forma. Na verdade, as diferenças percebidas pelos estudantes, e não pelo observador de fora, são variações de um mesmo padrão cultural. Por isto é que acreditamos que todos os japoneses riem de uma mesma maneira. Temos a certeza de que os japoneses também estão convencidos que o riso varia de indivíduo para indivíduo dentro do Japão e que todos os ocidentais riem de modo igual.”

LARAIA, Roque. Cultura – um conceito antropológico. 19ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pp. 68-69.



### Exercício de Aprendizagem

A partir do texto de Roque Laraia, discuta no fórum alguma prática de sua própria cultura a qual você costumava considerar “natural”. Pesquise em websites, blogs, jornais, revistas ou programas de televisão, esta mesma prática em uma cultura diferente da sua e comente no fórum as diferenças e semelhanças.

**UNIDADE 2:**

Disciplina 2

# Uma “pré-história” da Antropologia





## 2.1 A descoberta da alteridade: uma “pré-história” da antropologia

Ainda que existam registros de observações desde a Antiguidade Grega, quando pensadores como Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C) e Aristóteles (384-322 a.C) dedicavam longas reflexões sobre a natureza do homem e sobre os costumes dos povos estrangeiros com os quais tinham contato, é no período que ficou conhecido como Renascimento que a “descoberta” do Novo Mundo e da multiplicidade de povos e paisagens ali existentes gerou uma proliferação de discursos e especulações sobre a alteridade.

As grandes navegações, como a exploração de Henrique, o Navegador, da costa ocidental da África no início do século XV, passando pelas cinco viagens de Colombo à América (1492-1506), até a circunavegação do Mundo por Magalhães (1519-1522), constituíram verdadeiros marcos na gênese da reflexão antropológica. Tais viagens alimentavam a imaginação do europeu com relatos vívidos e impressionantes sobre hábitos e costumes de povos distantes, exóticos e chamados “selvagens”. A invenção da imprensa, em 1448, transformou rapidamente o livro em um produto comum e acessível na Europa, o que favoreceu a publicação de diversos relatos de viagens e um consumo espantoso destas publicações.

Diferentes autores concordam em afirmar que a “descoberta” do continente americano promoveu um sentimento radical de estranheza, causando um impacto de grandes consequências para o pensamento ocidental. A chegada à América, este território estranho, exótico, fascinante e impensável ao Velho Mundo, simboliza o ápice da crise da consciência europeia e o necessário abandono da cosmovisão medieval.

A diversidade de povos e costumes encontrada pelos viajantes demandava uma explicação sobre o homem e sua natureza. Intensos e acalorados debates indagavam sobre a humanidade dos povos encontrados, sobre a existência ou não de alma em tão exóticos seres aos olhos do europeu.

Para o antropólogo François Laplantine (1991), os relatos enviados por viajantes à Europa acerca do modo de



### Saiba Mais

O período da Idade Média, também conhecido como “Idade das Trevas”, não foi tão obscuro como se quer acreditar. Filósofos e viajantes produziam extensos materiais e aprofundadas reflexões, as quais contribuíram, séculos mais tarde, para o surgimento da Antropologia.

O famoso relato do veneziano Marco Polo (1254-1323) sobre sua expedição à China, onde permaneceu por 17 anos, impulsionou o interesse europeu pelos costumes dos povos estrangeiros.

O filósofo e historiador árabe Ibn Khaldun (1332 – 1406) é reconhecido como o maior pensador da época, e como autor de reflexões inovadoras no âmbito da sociedade.

Disciplina 2



### Para Examinar

Ainda que o período das chamadas “grandes navegações” – viagens do continente europeu com destino à África, Ásia e América – seja reconhecido em sua grandeza por certo heroísmo destes navegadores que atravessaram o oceano em longas e perigosas viagens marítimas, os povos que foram “descobertos”, ou seja, que sofreram os efeitos deste contato cultural um tanto inesperado, já habitavam estes territórios há milhares de anos. A ideia da “descoberta”, portanto, reforça um ponto de vista eurocêntrico e expressa uma relação de poder do europeu em relação a estas populações nativas. Quando mencionamos que a América ou qualquer outro continente foi “descoberto”, estamos corroborando com uma perspectiva que nega a existência e o trajeto histórico (a historicidade) das sociedades chamadas “primitivas” antes do contato europeu. Você já escutou o relato de algum ameríndio dizendo que “descobriu” o europeu?

vida destes habitantes do Novo Mundo eram marcados por duas ideologias concorrentes e inversamente simétricas: a recusa do estranho, decorrente da boa consciência que se tem sobre si e sua sociedade; e a fascinação pelo estranho, decorrente da má consciência de si e de sua sociedade.

Os relatos, portanto, referiam-se mais aos sentimentos subjetivos dos viajantes do que a uma tentativa de precisão e rigor descritivos. As descrições de Cristóvão Colombo sobre sua chegada à América, por exemplo, oscilam entre valorações positivas diante dos ameríndios, destacando a beleza dos corpos nus, definindo-os como “gente de bom coração”, “pacíficos”, “generosos”, “predispostos ao cristianismo”; e valorações negativas definindo-os como “covardes”, “selvagens”, “ladrões” e “medrosos”.

Os relatos de Colombo são exemplares para se compreender esta oscilação entre uma idealização do nativo e sua detração, conformando, em ambos os casos, uma nítida projeção dos valores europeus sobre os povos recém-contatados.

A imprecisão destes relatos estava certamente associada à dificuldade de se lidar com a experiência estarrecedora da alteridade. Quem seriam estes homens que pareciam viver como animais? Seriam eles portadores de alma? Como enquadrá-los na concepção de homem que pairava no cenário intelectual europeu?

Para o antropólogo François Laplantine (1991), os nativos americanos serviam como suportes de um imaginário europeu: como “objetos-pretexos” os quais eram acionados tanto com objetivo de exploração econômica (como por exemplo, o discurso de que os africanos eram naturalmente propensos ao trabalho escravo), de conversão religiosa (reconhecendo a existência de uma alma que necessitava de salvação, convertendo-os ao catolicismo e ignorando a existência de uma religiosidade nativa), e mesmo de emoção estética (quando o caráter exótico do nativo era utilizado para divertir ou para promover uma crítica à sociedade europeia).

Neste cenário de discursos e especulações sobre o homem primitivo, alguns viajantes e filósofos, através de relatos mais fidedignos ou de questionamentos originais, produziam um

conhecimento mais reflexivo sobre o contato com os povos primitivos.

Um destes viajantes é Jean de Léry (1536-1613), que publica sua experiência no Brasil relatando o cotidiano e os costumes Tubinambás. O filósofo Michel de Montaigne (1533-1592) em seus ensaios reflete esta percepção de que o europeu é um povo composto por indivíduos livres e modernos. Diferentemente de seus contemporâneos, Montaigne analisa os Outros sob um prisma relativista. No ensaio “Dos Canibais”, Montaigne pondera que se tivesse nascido e sido criado em uma tribo canibal, também provavelmente comeria carne humana. Ao invés da recusa imediata da diferença, o autor sugere, ainda que não nestes termos, a possibilidade de hábitos e costumes, por mais exóticos que possam parecer, serem compreendidos no âmbito dos contextos culturais nos quais estão inseridos.

Tanto os relatos de Jean de Léry como as reflexões de Montaigne no século XVI estavam imersas em um sentimento de crítica à civilização e conseqüentemente um elogio a uma certa ingenuidade original que podia ser observada no homem primitivo, e que o europeu havia deixado para trás em sua ânsia pelo progresso.

É de Montaigne a expressão “bom selvagem”, que viria a inspirar Jean Jacques Rosseau (1712-1778) a formular sua crítica à civilização e os “vícios” dela decorrentes. O século XVIII na Europa esteve, portanto, marcado pela tensão entre uma imagem negativa da natureza e do homem americano e a representação positiva do estado natural defendida por Rosseau.



### Estudos e Pesq.

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp.23-37.



### Acesse

“A Missão” (The Mission). Reino Unido, 1986, 126 minutos. Direção: Roland Joffé.

Através da história da Missão de São Carlos, o filme narra a ação dos jesuítas junto às populações ameríndias na América do Sul, em especial no Paraguai. A disputa entre Portugal e Espanha pelo território, as posições divergentes destes países quanto à escravização dos indígenas, e uma certa culpa do europeu pelo genocídio destes povos são mostrados no filme.

“1492. A Conquista do Paraíso” (1492: Conquest of Paradise). EUA, Reino Unido, França e Espanha, 1992,

154 minutos. Direção: Ridley Scott.

O filme conta a história do navegador genovês Cristóvão Colombo, mostrando as dificuldades e o heroísmo deste homem na empreitada que o levou à chamada “descoberta da América”. Com Gérard Depardieu no papel de Colombo, o filme tem cenas interessantes como a chegada em terra firme após meses de desalento no navio, e o instantâneo ritual de posse e nomeação que tem lugar nesta terra descoberta, que automaticamente passa a ser território espanhol. Esta cena ilustra o que Tzvetán Todorov, em um livro no qual faz uma análise dos diários escritos por Colombo, denominou de um “furor nominativo” que tomava conta do navegador e a satisfação que este tinha em tomar posse e atribuir nomes às terras que aportava, ignorando o fato de que os povos que ali habitavam já haviam, provavelmente, atribuído um nome a tais localidades. O filme mostra também, ainda que de uma forma idealizada, as relações entre europeus e a população nativa do continente americano.



### Exercício de Aprendizagem

Elabore uma resenha de um dos filmes sugeridos e descreva cenas dos filmes as quais ilustram o encontro do europeu com os ameríndios refletindo sobre a forma na qual os cineastas representaram o “choque cultural” envolvido neste encontro.

## 2.2 O contexto colonial e os determinismos geográfico e biológico

Deste contato do europeu com as populações autóctones delinearam-se no século XVIII os primeiros museus etnográficos, à época verdadeiros gabinetes de curiosidades nos quais artefatos, espécies animais, vegetais, e até mesmo estátuas feitas a partir de molduras de gesso de seres humanos eram expostos em diferentes nações europeias como amostras de povos distantes e primitivos.

Não havia, nessa época, um método de organização destes materiais nem mesmo um interesse investigativo na cultura do Outro. Tratava-se mesmo de uma ação de expropriação dos recursos naturais, materiais, animais e até mesmo humanos destas populações, e de uma espetacularização do exótico.

Este processo, como enfatizam alguns autores contemporâneos, fazia parte de uma série de ações que buscavam aumentar a autoestima de um povo europeu assolado por doenças, pela violência, pelo alcoolismo, pelo suicídio, pelo aumento da prostituição e da criminalidade, e por uma série de problemas decorrentes do vertiginoso

crescimento das cidades. A revolução industrial provocou novas relações entre trabalho e capital e representou, com a consolidação da sociedade capitalista, uma rápida transformação nos costumes e tradições que orientavam a vida em sociedade, gerando um contexto de crise social. Olhar o Outro sob o prisma da falta, da incapacidade e mesmo da animalidade de tais povos distantes, trazia divertimento às classes operárias europeias e uma certeza às elites de que estas caminhavam na direção certa do progresso.

Esta relação entre filósofos, viajantes e as chamadas sociedades “primitivas” entrelaça o surgimento da antropologia a um contexto colonialista de conquista e expansão das monarquias europeias. Neste processo, a assimilação dos ameríndios à cultura do europeu justificava a empreitada colonialista como uma ação que pretendia “humanizar” aqueles povos considerados quase bestiais.

Nesta época, que é denominada por alguns autores como a “pré-história da antropologia” ou um período “pré-científico”, as tentativas de explicar a existência de homens tão diferentes resultaram na elaboração de certas doutrinas, como as que ficaram conhecidas como “determinismo biológico” e “determinismo geográfico”.

O determinismo geográfico está baseado na noção de que as peculiaridades do ambiente físico e geográfico são capazes de moldar a cultura dos diferentes povos. Segundo esta doutrina, o clima era capaz de determinar, por exemplo, o temperamento fleumático e o gênio embrutecido do homem americano. Assim, o desenvolvimento de uma nação seria condicionado pelo meio.

Já o determinismo biológico ancorava-se na existência de diferenças ontológicas entre as raças, as quais determinavam que o negro, o branco e o indígena eram predestinados a certos tipos de comportamento. A raça, portanto, era entendida como um fenômeno final em si mesmo, determinando condições imutáveis de existência. Os argumentos que sustentavam a existência de um determinismo biológico na diferenciação entre os homens tinham suas raízes em uma tradição poligenista na compreensão do surgimento do homem na terra.

O debate entre monogenistas e poligenistas girava em torno das explicações acerca da origem da humanidade. Foi principalmente no século XIX que estas duas vertentes de pensamento passaram a se opor, construindo explicações diversas para a existência das diferenças entre os homens.

Os monogenistas partiam de uma tradição humanista em prol de um modelo igualitário para se pensar o homem. Acordando com as escrituras bíblicas as quais afirmavam uma origem comum a toda a humanidade, tais pensadores traziam o legado de uma filosofia iluminista de igualdade entre os homens. Os evolucionistas culturais, conhecidos como os pais fundadores da antropologia como ciência, partiam do pressuposto de uma origem comum, e portanto, uma unidade psíquica da humanidade, para pensarem as diferenças entre os povos.

Já os poligenistas buscavam contestar o dogma monogenista preconizado pela Igreja Católica, afirmando a existência de diferentes centros de criação os quais correspondiam às diferenças raciais observadas. Buscando aplicar um modelo biológico na análise dos comportamentos humanos, esta tradição de pensamento corroborava um modelo determinista no estudo do homem, o qual originou as chamadas doutrinas raciais. Esta tradição foi a base da chamada Antropologia Física, na qual técnicas de frenologia e a antropometria eram utilizadas para mensurar a capacidade humana de acordo com o tamanho e a proporção de diferentes povos. Desta matriz de pensamento se originam os estudos de Cesare Lombroso sobre a natureza biológica do comportamento criminoso. Para este intelectual, a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário, e portanto, imutável.

A antropologia surge, portanto, no enfrentamento de duas correntes de pensamento as quais propunham formas diferenciadas de se compreender e estudar o homem. Os estudos antropológicos que eram realizados a partir de medições de corpos e crânios orientavam-se por uma matriz poligenista para se pensar o surgimento da humanidade. Tais estudos, no entanto, estavam muito mais associados às ciências físicas e biológicas – ou seja, a uma análise biológica do comportamento humano - do que propriamente a um



#### Estudos e Pesq.

**SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.43-66.**

pensamento filosófico e social sobre o homem. Por outro lado, os estudos de filosofia social orientados por uma tradição humanista e monogenista, se aproximavam mais do que viria a se tornar a antropologia social ou cultural, enquanto uma ciência que estuda o homem em sua totalidade.

Estas iniciativas, ainda que se constituam como formas de pensar o homem, e com frequência, o homem primitivo, não configuram a formação de um projeto antropológico que efetivamente elege o homem como objeto de investigação científica. Diversos autores concordam em afirmar que o projeto antropológico enquanto ciência necessitava da experiência da modernidade para se concretizar. É na segunda metade do século XIX, mediante um contexto social e intelectual efervescente, que a antropologia começa a apresentar seus primeiros conceitos teóricos, seus primeiros métodos e se estrutura em uma escola de pensadores comprometidos com a consolidação de uma ciência do homem.



### Para Examinar

O peso destas doutrinas, ainda que tenham sido cientificamente refutadas há quase um século, persiste na conformação de preconceitos e estereótipos na atualidade. Podemos citar a recente polêmica sobre a publicação de comentários ofensivos à população nordestina nas redes sociais virtuais, ou mesmo a forma na qual os homens negros são ainda olhados com suspeição por sua suposta propensão à criminalidade.

Como afirma o antropólogo Roque Laraia:

**“São velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a “raças” ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avarentos e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traiçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto, e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência os índios e a luxúria dos portugueses. Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais.” (LARAIA, 2009, p.17)**



### Acesse

“Vênus Negra” (Venus Noire). Direção: Abdellatif Kechiche FRANÇA/BÉLGICA, 2009, 166

minutos.

Um filme biográfico sobre a trágica história de Saartjie Baartman, uma mulher da tribo Khoikhoi que, no início do século XIX e devido às suas características físicas específicas, deixou o sul da África para ser exibida nos salões europeus sob o nome “Venus Hotentote”, com promessas vãs de uma vida dourada. Chegada à Europa, depois de viajar por toda a Inglaterra em espetáculos de aberrações, é estudada por alguns dos mais conceituados naturalistas e anatomistas da época, que usaram as suas investigações para justificarem a inferioridade dos negros, num esforço claro de legitimação do racismo e escravatura. A 29 de Dezembro de 1815, Saartjie Baartman morreu alcoólica e na miséria. O seu corpo foi vendido ao Musée de l’Homme de Paris, onde o seu esqueleto, órgãos genitais e cérebro foram conservados em formol e exibidos até 1974. Em 2002, a pedido do então Presidente sul-africano Nelson Mandela, os seus restos mortais regressaram ao seu país, onde foi feita uma cerimônia fúnebre. Fonte: [http://cincartaz.publico.pt/Filme/290823\\_venus-negra](http://cincartaz.publico.pt/Filme/290823_venus-negra). Acesso em 08 de julho de 2013.



### Exercício de Aprendizagem

**Atividade 2 – Pesquise e em livros e websites exemplos de fenômenos sociais ao longo do século XX e XXI os quais corroboram com as ideias deterministas as quais sustentavam a inferioridade de certos povos associada à raça e ao ambiente geográfico. A persistência do racismo e a criação de políticas segregacionistas em países como os Estados Unidos e a África do Sul, assim como a tragédia do Holocausto, são exemplos do século XX. Comente no fórum os resultados de sua pesquisa.**



**UNIDADE 3:**

# **O Evolucionismo Cultural e seus Principais Teóricos**

Disciplina 2



### 3.1 O surgimento da antropologia como ciência

Os séculos XVIII e XIX marcaram o nascimento da Europa Moderna: a Revolução Industrial caracterizou-se por uma efervescência de ideias, tecnologias e transformações sociais. Grandes ferrovias, navios a vapor, telégrafo, foram algumas das inovações que alteraram significativamente as formas de experienciar o tempo e o espaço.

Embora o espírito desta época fosse dominado por uma confiança na razão e na capacidade de o conhecimento levar a humanidade a um patamar mais alto de progresso, o crescimento vertiginoso de cidades como Paris e Londres e o rápido aumento da população decorrente da migração das populações rurais aos espaços urbanos, fazia proliferar as doenças e epidemias, as desigualdades sociais, as más condições de trabalho e moradia, evidenciando os efeitos potencialmente violentos deste processo de industrialização.

Em um contexto geopolítico determinado pelos processos de colonização de novos continentes, levas de migrantes eram conduzidos a estes novos territórios, aliviando a pressão populacional e expandindo as instituições europeias para o além-mar.

O surgimento da antropologia como um saber organizado sobre o homem está estreitamente ligado à intensificação destas novas relações que se estabelecem entre as populações nativas e os europeus que passam a emigrar para estas terras conquistadas. Uma rede de informações passa a vincular as populações nativas dos territórios conquistados, os missionários, os viajantes e os administradores coloniais aos pesquisadores e intelectuais europeus. Através desta rede, questionários eram enviados para os continentes mais distantes, e um volume de informações sobre os povos chamados primitivos chegava aos centros de produção de conhecimento da Europa.

Durante todo o século XIX, emergência das sociedades de estudos do homem, com objetivos científicos e/ou políticos mobilizavam os pensadores e filósofos europeus em disputas intelectuais e políticas acerca dos métodos, orientações e enfoques destinados ao estudo do homem.

A evolução já era uma ideia que entre os anos 1830 e 1840 animava os debates e reflexões nas ciências de domínios os mais diversos, como biologia e filosofia. A publicação, em 1859 de “A origem das espécies”, do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882) foi um marco que revolucionou uma forma de pensar conferindo legitimidade científica aos estudos sobre o evolucionismo biológico.

As ideias filosóficas de Herbert Spencer (1820-1903) causaram um grande impacto entre os pensadores dedicados à reflexão acerca de uma história do progresso humano. Para este autor, o processo evolucionário não estava restrito aos estudos do naturalista Charles Darwin: Spencer afirmava que o avanço do simples para o complexo poderia ser observado em todo o cosmo, inclusive na evolução da humanidade nas mais diversas formas de organização política, religiosa e econômica dos povos.

As ideias de Spencer, que se tornaram muito populares no meio intelectual, sugeriam a reunião de todas as sociedades conhecidas em uma única escala evolutiva ascendente. É nesse sentido que o conceito de evolução passa a orientar a interpretação dos fatos sócio-culturais, como uma forma particular de se pensar o conceito de evolução associado à ideia de progresso.

O Evolucionismo Cultural, assim, se firmou enquanto uma escola antropológica capaz de refletir cientificamente acerca deste princípio, propondo a evolução e o progresso como conceitos-chave para se pensar a diferença entre as sociedades humanas.

### **3.2 Os antropólogos pioneiros: teoria e método**

Foi principalmente através da obra intelectual de três autores, personagens que se tornaram míticos para a história da nossa disciplina, que a antropologia se consolidou enquanto uma ciência do homem, dotada de métodos e conceitos próprios. Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward Burnett Tylor (1832-1917) e James George Frazer (1854-1941) são considerados os pais fundadores da

antropologia científica, consolidada na segunda metade do século XIX.

Profundamente inspirados pelo Iluminismo e pelo compromisso em estabelecer uma ciência da humanidade, os evolucionistas culturais do século XIX buscaram traçar relações e analogias com as ciências naturais que determinaram suas concepções sobre o homem e sua cultura.

Tais antropólogos eram dotados de impressionante erudição e curiosidade insaciável sobre a história do desenvolvimento humano. A busca por uma explicação para a existência das diversidades culturais motivava um considerável esforço destes intelectuais os quais propunham realizar um estudo abrangente do homem como um todo, a partir de um conjunto de leis gerais as quais poderiam ser aplicadas a toda a humanidade.

O pensamento destes evolucionistas culturais pressupunha a existência de uma linha evolutiva comum a todos os povos, a qual situava sociedades contemporâneas entre si em diferentes estágios de evolução. As descobertas arqueológicas que comprovavam a antiguidade do homem na Terra, e sua consequente divisão em períodos evolutivos – as Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro – influenciaram estes intelectuais em sua empreitada na reconstituição histórica da humanidade.

A ideia de uma evolução humana calcada na noção de progresso – de instrumentos, hábitos, leis, etc – e as descobertas de inúmeros objetos e rastros de ancestrais primitivos nas mais diferentes partes do mundo inspiravam a doutrina evolucionista em sua proposta de um paralelismo evolutivo. Uma ideia temporal linear e uniforme, de direção única e que obrigatoriamente rumava à civilização europeia, conduzia os postulados evolucionistas, nos quais causas uniformes geravam graus evolutivos também uniformes.

Nesta perspectiva, o homem dito selvagem era compreendido como um “documento humano”, um registro de todos os esforços que o homem europeu havia galgado para chegar ao estágio da civilização. Esta aproximação das sociedades “selvagens” contemporâneas a estágios anteriores do desenvolvimento dos povos civilizados se tornava possível, enquanto proposta teórica, mediante o uso do “método

comparativo”. Este método permitia comparar sociedades contemporâneas, mas dotadas de hábitos e costumes diferentes, com base em estágios de evolução previamente determinados.

Um dos textos fundadores desta escola foi “A Sociedade Antiga, Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização”, publicado em 1877 por Lewis Henry Morgan. Segundo este autor,

Como a humanidade foi uma só na origem, sua trajetória tem sido essencialmente uma, seguindo por canais diferentes, mas uniformes, em todos os continentes, e muito semelhantes em todas as tribos e nações da humanidade que se encontram no mesmo status de desenvolvimento. Segue-se daí que a história e a experiência das tribos indígenas americanas representam, mais ou menos aproximadamente, a história e experiência de nossos próprios ancestrais remotos, quando em condições correspondentes. (Morgan apud Castro, 2009, p.46)

As ideias de Morgan elucidam a possibilidade vislumbrada por estes pesquisadores, de que seria possível, através da observação de sociedades primitivas as quais apresentavam graus evolutivos inferiores à civilização, supor uma reconstituição histórica da humanidade.

O quadro a seguir, elaborado por Morgan para sintetizar as etapas evolutivas da humanidade, define a relação entre os períodos e os principais marcos da cultura (uso do fogo, invenção da cerâmica, domesticação de animais, invenção da escrita, etc) que situavam estas sociedades em determinada condição (selvageria, barbárie e civilização).

Períodos	Condições	
I.Período inicial da selvageria	Status inferior de selvageria	Da infância da raça humana até o começo do próximo período
II.Período intermediário de selvageria	Status intermediário de selvageria	Da aquisição de uma dieta de subsistência à base de peixes e de um conhecimento do uso do fogo até etc.
III.Período final da selvageria	Status superior de selvageria	Da invenção do arco-e-flecha até etc.
IV.Período inicial de barbárie	Status inferior de barbárie	Da invenção da arte da cerâmica até etc.
V.Período intermediário da barbárie	Status intermediário de barbárie	Da domesticação de animais no hemisfério oriental e, no ocidental, do cultivo irrigado de milho e plantas, com o uso de tijolos de adobe e pedras, até etc.
VI.Período final de barbárie	Status superior de barbárie	Da invenção do processo de fundir minério de ferro, com o uso de ferramentas de ferro, até etc.
VII.Status de civilização	Status de civilização	Da invenção do alfabeto fonético, com o uso da escrita, até o tempo presente

Fonte: CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Através deste quadro podemos observar a relação estabelecida entre a concepção evolucionista da escala temporal e as correspondentes etapas e conquistas tecnológicas alcançadas pelo homem.



## Exercício de Aprendizagem

A partir da leitura do texto “A Sociedade Primitiva”, de Lewis H. Morgan, explique como as diferenças entre os povos eram compreendidas na ótica do Evolucionismo Cultural. Discuta no fórum e compartilhe.

Outro importante expoente desta escola de pensamento, o antropólogo Edward Burnett Tylor formulou o primeiro conceito científico, ou descritivo, de cultura, publicado no primeiro capítulo de “A Cultura Primitiva” (“Primitive Culture”), em 1871, intitulado “A Ciência da Cultura”.

Cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. (Tylor apud Castro, 2009, p. 69)

A cultura, para Tylor, era um conjunto de manifestações existente em dada sociedade, que permitia ao antropólogo, à semelhança do naturalista, organizar, colecionar e catalogar os artigos culturais. Como, de acordo com o pensamento evolucionista, a cultura não diferia entre as sociedades em aspectos, mas em estágios de evolução, tais artigos seriam os mesmos para todas as sociedades.

A cultura, para os pensadores evolucionistas, é um termo geral que perpassa os diferentes estágios evolutivos. Se a evolução diferencia as sociedades em termos qualitativos, a cultura une a humanidade. Todos os povos possuem cultura, mas em quantidades desiguais, o que explica suas diferenças evolutivas.

Esta unidade da cultura fica evidente com a equiparação, feita por Tylor em sua definição de cultura, entre os termos “cultura” e “civilização”. Estes autores não consideravam a possibilidade de existirem diferentes culturas ou diferentes civilizações. As diferenças de costumes, artes, leis e crenças observadas entre os diferentes povos eram explicadas em termos de estágios evolutivos desiguais.



É neste texto, que Tylor define o conceito de “sobrevivências culturais”, o qual designaria aqueles traços culturais isolados, não funcionais que persistiam mesmo nas fases mais maduras da sociedade. Este conceito explicava a existência de aspectos rudimentares ou ainda rústicos nas sociedades civilizadas, como certas tradições e crenças não compatíveis com o status de civilização.

Nas palavras de Tylor,

“Entre as evidências que nos ajudam a traçar o curso que a civilização mundial realmente seguiu está aquela grande classe de fatos aos quais achei conveniente denotar usando o termo ‘sobrevivências’. Trata-se de processos, costumes, opiniões, e assim por diante, que, por força do hábito, continuaram a existir num novo estado de sociedade diferente daquele no qual tiveram sua origem, e então permanecem como provas e exemplos de uma condição mais antiga de cultura que evoluiu em uma mais recente. Assim conheço uma mulher idosa em Somersetshire cujo tear manual data do tempo anterior à introdução da lançadeira móvel. Ela nem mesmo aprendeu a usar a novidade, e a vi jogando a lançadeira de uma mão para a outra de um jeito verdadeiramente clássico; esta mulher idosa não está um século atrás de seu tempo, mas é um caso de sobrevivência. Tais exemplos frequentemente nos levam de volta aos hábitos de centenas e até milhares de anos atrás.” (Tylor apud Castro, 2009, p. 87).

Tylor fornece outros exemplos de “sobrevivência”, como o uso do Ordálio da Chave e da Bíblia, a fogueira de solstício de verão, e certos ritos que faziam parte da vida camponesa europeia. Para Tylor a persistência de tais costumes indicava apenas a transição do tempo antigo para os novos tempos, e estavam, portanto, fadados ao desaparecimento.

James George Frazer, o último grande evolucionista desta geração, reconheceria o grande número de “sobrevivências” encontradas nas nações civilizadas e os daria o nome de

“superstições”. Tais costumes e crenças que teriam sobrevivido nos povos mais cultos formavam, para este antropólogo, o que se tornou conhecido como “folclore”.

James George Frazer escreveu a obra-prima “O Ramo de Ouro” (“The Golden Bough”), publicado em 1890 em dois volumes os quais foram mais tarde ampliados para doze tomos os quais incluíam dados etnográficos recolhidos através de questionários e correspondências.

No texto “O escopo da Antropologia Social”, escrito em 1908, Frazer elucidava que a esfera da Antropologia Social limitava-se ao estudo dos primórdios da humanidade, ao que ele denominava como sendo o desenvolvimento rudimentar da sociedade humana, referindo-se às sociedades primitivas, não incluindo as fases mais maduras do homem em sociedade, ou seja, o homem civilizado. Tal delimitação do objeto de estudo da disciplina antropológica viria a ser modificada e ampliada, décadas mais tarde.

Os autores evolucionistas ficaram conhecidos na antropologia como “pesquisadores de gabinete” por tecerem suas análises com base em dados coletados por outros sujeitos, tais como viajantes, administradores coloniais, etc. Ainda que não seja possível estabelecer uma oposição simples entre os “pesquisadores de gabinete” próprios de uma antropologia evolucionista e os “pesquisadores de campo” próprios de uma antropologia moderna, visto que alguns desses intelectuais, como Lewis Morgan, também realizavam pesquisas de campo; a característica principal da pesquisa antropológica não estava na coleta direta de dados. Embora tais pesquisadores valorizassem a pesquisa de campo, compartilhavam a convicção de que todo observador atento e consciencioso lhes poderia fornecer materiais utilizáveis para a pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa de campo entre os evolucionistas não possui a mesma significação que tomará no final do século XIX e sobretudo no início do século XX.

Em todos estes autores era recorrente a sujeição dos dados etnográficos coletados em campo às chamadas “regras gerais da civilização”, ou seja, o modelo teórico explicativo do evolucionismo cultural. As diferenças culturais existente entre os diferentes povos eram, portanto, reduzidas a estágios históricos os quais levavam a um mesmo caminho evolutivo.

É importante assinalar que os autores identificados com o evolucionismo cultural acreditavam na existência de uma unidade psíquica da humanidade, ou seja, eram contrários à tradição poligenista que afirmava que as diferentes raças humanas eram naturalmente desiguais entre si. A doutrina poligenista fundamentou a criação das teorias raciais, influenciando a construção de políticas sociais de segregação racial.

Isso significa que, para os evolucionistas, os seres humanos se diferenciavam em graus de evolução, e não em raças distintas. Todos os seres humanos eram, portanto, passíveis de alcançarem o status de civilização, embora para alguns povos este caminho poderia levar centenas de anos. Não é difícil imaginar como os interesses colonialistas aproveitaram estes argumentos justificando a ação colonizadora como um auxílio capaz de acelerar o desenvolvimento destas sociedades chamadas primitivas.

Os métodos e conceitos que sustentaram este impulso da antropologia enquanto ciência foram questionados ainda no final do século XIX, e perderam a força e a atualidade já no início do século XX.

Neste período, as pesquisas de autores difusionistas ofereciam uma outra possibilidade explicativa para a diferença entre os povos. Os difusionistas estudavam a distribuição geográfica e a migração de traços culturais, e compreendiam as culturas mosaicos de traços com diferentes origens e histórias.

Enfatizando a singularidade da herança cultural de cada povo, para os difusionistas, os intercâmbios culturais tornavam possível a existência, por exemplo, de sociedades com uma tecnologia material simples apresentarem um sistema religioso altamente complexo. Desde este ponto de vista, não havia um elo determinista que amarrava hábitos e costumes em estágios culturais relativamente uniformes.

O difusionismo teve pouca influência nas escolas de pensamento inglesa e francesa, mas teve grandes repercussões na Alemanha e na escola norte americana. Adolf Bastian (1826-1905), diretor do Museu do Folclore (Museum für Volkerkunde) em Berlim, criticava ainda no século XIX as explicações unívocas e os esquemas ambiciosos dos



### Estudos e Pesq.

**CASTRO, Celso.** Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

**ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert.** História da Antropologia. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

evolucionistas culturais. Como médico da marinha, Bastian percorreu o mundo e desenvolveu um grande interesse pela observação direta. Para Bastian, os deslocamentos das populações e o estabelecimento de contatos os mais diversos proporcionavam a transmissão de um conjunto de certas “ideias elementares”, cujas diferentes combinações resultavam nas culturas. O progresso seria resultado da acumulação destas associações de elementos culturais, e não de uma linha de ascensão linear cujos marcadores eram pré-estabelecidos.

É neste ambiente intelectual que o principal crítico do método comparativo irá tecer sua formação. Influenciado pelas ideias de Adolf Bastian e outros intelectuais alemães, o físico e geógrafo Franz Boas (1858–1942) se converte à antropologia e direciona sua crítica justamente ao etnocentrismo latente no pensamento destes intelectuais evolucionistas, como veremos na próxima unidade.



### Exercício de Aprendizagem

**Atividade 2 – Fichamento do texto “A Ciência da Cultura” de Edward Burnett Tylor, segundo o modelo abaixo:**

1 - Título:

2 - Autor:

3 – Dados da publicação:

4 – Objetivos do autor neste texto:

5 – Destaque os principais pontos do texto, trazendo as definições do autor e as páginas correspondentes aos seguintes conceitos:

- cultura

- sobrevivências culturais

**UNIDADE 4:**

# O Surgimento da Antropologia Moderna

Disciplina 2



## 4.1 Franz Boas e a crítica ao método comparativo

O texto “As limitações do método comparativo da antropologia”, apresentado por Boas em 1896 em um encontro da American Association for the Advancement of Science, tornou-se um marco nas críticas direcionadas à escola evolucionista cultural. Nele, Boas critica a premissa evolucionista de que a semelhança dos fenômenos etnológicos encontrados nas mais distintas regiões do mundo seria a prova de que a mente humana obedeceria a um funcionamento comum em todos os lugares. Para Boas, tratava-se de uma generalização apressada.

Para Boas, em virtude dos encontros culturais, das migrações e de influências diversas, cada sociedade apresentaria desenvolvimentos históricos particulares. Os mesmos fenômenos poderiam se desenvolver, portanto, por uma multiplicidade de caminhos. Como exemplo do argumento de que diferentes percursos históricos podem levar a formas culturais semelhantes, Boas afirmava que:

“Tribos primitivas são quase universalmente divididas em clãs que possuem totens. Não pode haver dúvida de que essa forma de organização social surgiu repetidas vezes de modo independente. Certamente justifica-se a conclusão de que as condições psíquicas do homem favorecem a existência de uma organização totêmica da sociedade, mas daí não decorre que toda sociedade totêmica tenha se desenvolvido em todos os lugares da mesma maneira” (p.30)

Franz Boas vai apontar as particularidades e os matizes de certos costumes os quais eram vistos pelos antropólogos evolucionistas como evidências de que certa sociedade se encontrava determinado estágio cultural, como nesta descrição acerca do uso de máscaras:

“O uso de máscaras é encontrado num grande número de povos. A origem do costume não é

absolutamente clara em todos os casos, mas podem-se distinguir com facilidade algumas formas típicas de uso. As máscaras são usadas para enganar os espíritos quanto à identidade daquele que as usa. O espírito da doença que pretende atacar a pessoa não a reconhece quando ela está de máscara, e esta serve assim, como proteção. Em outros casos a máscara representa um espírito personificado pelo mascarado, que, dessa forma, afugenta outros espíritos hostis. Outras máscaras, ainda, são comemorativas. O mascarado encarna uma pessoa morta cuja memória deve ser lembrada. Máscaras também são empregadas em representações teatrais para ilustrar incidentes mitológicos.” (p31)

Se na perspectiva evolucionista o uso de máscaras seria associado a um estágio cultural, desprezando-se as diferenças que tais usos indicavam, para Boas, não era possível afirmar que a ocorrência do mesmo fenômeno fosse devido sempre às mesmas causas, tampouco que esta fosse a prova de que a mente humana obedecia às mesmas leis em todos os lugares.

Para Boas, antes de estabelecer comparações, era necessário comprovar a comparabilidade dos dados analisados. À ideia de uma cultura da humanidade, Franz Boas contrapôs a existência de diferentes culturas, as quais deveriam ser estudadas dentro de limites geográficos e temporais definidos.

Boas inaugura uma diferença substancial no objetivos das investigações antropológicas: enquanto os autores evolucionistas estavam empenhados em descobrir as leis gerais da civilização direcionando seus esforços à busca pelas as origens da humanidade, Franz Boas coloca sua atenção na investigação dos processos pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Boas estabelecia uma clara crítica ao espírito colecionador dos evolucionistas culturais cujas obras eram, com frequência, grandes compilações de costumes e crenças:

“Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa.



Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem – em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento” (p.33)

Uma experiência decisiva na formação antropológica de Franz Boas foi o período de um ano, em 1883, em que viveu entre os esquimós da Ilha de Baffin, na localidade de Anarnitung. Convivendo com os esquimós em suas atividades cotidianas, Boas fazia anotações refletindo sobre a relatividade dos pontos de vista que determinam certas culturas como sendo superiores e inferiores.

Geógrafo por formação, Boas também apontava as limitações na influência geográfica sobre os fatores culturais, mostrando a possibilidade da existência de uma grande diversidade cultural sob um mesmo tipo de ambiente físico. Para Boas, a cultura, formada com base em distintos percursos históricos, era um elemento explicativo da diversidade humana.

Para o autor, a perspectiva evolucionista e o método comparativo amarravam os fenômenos em uma camisa de força teórica que impedia a construção de um processo indutivo de análise a partir dos fenômenos coletados. Este ponto de vista, o qual condensa a “objeção fundamental” feita por Franz Boas às teorias do evolucionismo cultural, é o trampolim para o surgimento de uma antropologia moderna, a qual a partir de uma autocrítica desponta com novos métodos e marcos teóricos para a investigação.



### Estudos e Pesq.

**BOAS, Franz.** “As limitações do método comparativo em Antropologia”. In: *Antropologia Cultural*. Organizado, apresentado e traduzido por Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 25-39.



### Exercício de Aprendizagem

A partir da leitura do texto de Franz Boas, descreva três principais pontos da crítica que este autor faz ao evolucionismo cultural.

## 4.2 Franz Boas e a crítica aos determinismos

A crítica ao método comparativo foi apenas a primeira de uma série de provocações feitas por Franz Boas ao status



### Saiba Mais

A influência de Franz Boas foi também decisiva no pensamento social brasileiro. Intelectuais como Edgar Roquette-Pinto e Gilberto Freyre, foram inspirados por suas inovadoras ideias para pensar as relações inter-raciais na sociedade brasileira. Ambos os autores questionavam a falta de fundamentação científica nas posições dogmáticas das teorias raciais, em um momento de inflamadas discussões sobre o futuro de um país miscigenado. Em 1929, no Congresso Brasileiro de Eugenia, Roquette-Pinto denunciou as más condições de saúde e higiene enfrentadas pela população negra e mestiça, enfatizando que as doenças decorrentes não eram um problema biológico da raça, e sim, de saúde pública. Influenciado pelas ideias de Roquette-Pinto, Gilberto Freyre também rechaçou o determinismo biológico e geográfico, trazendo uma discussão sobre a contribuição do africano na formação da sociedade e cultura brasileiras.

quo de uma antropologia emergente apoiada em conceitos duvidosos e por vezes doutrinários.

Na década de 1930, Boas publica “Raça e Progresso”, um importante artigo no qual o autor refuta a existência de diferenças biológicas entre povos primitivos e civilizados, argumentando que as diferenças existentes entre as sociedades são culturais. Neste artigo, Boas situa a diferença fundamental entre os seres humanos como sendo de ordem cultural, e não racial.

Na década de 1950, após as consequências trágicas da II Guerra Mundial e do Holocausto, intelectuais e especialistas de diferentes áreas se reuniram a pedido da UNESCO para redigir a primeira declaração sobre raça com o objetivo de refutar definitivamente, do ponto de vista científico, a perspectiva dos determinismos raciais, ou seja, as associações entre características físicas, comportamentos sociais e atributos morais. O antropólogo Claude Lévi-Strauss participou da redação desta declaração, e em 1952 escreveu “Raça e História”, brochura que se tornou um clássico da literatura anti-racista.



### Saiba Mais

Confira alguns trechos da 1ª Declaração sobre Raça (Statement on Race) da UNESCO de 1950:

1. “Os cientistas alcançaram consensos gerais quanto ao reconhecimento de que a humanidade é única: todos os homens pertencem à mesma espécie, *Homo sapiens*. [...]”

4. “Em resumo, o termo “raça” designa um grupo ou população caracterizado pela concentração (relativa à frequência e distribuição) de partículas hereditárias (genes) ou características físicas que aparecem, oscilam e frequentemente desaparecem ao longo do tempo por razões de isolamento geográfico e/ou cultural. [...]”

5. “Esses são os fatos científicos. Infelizmente, no entanto, quando a maioria das pessoas utiliza o termo “raça”, elas não o fazem no sentido acima definido. Para a maioria das pessoas, raça corresponde a qualquer grupo de indivíduos

que elas julgam descrever como raça. [...]"

6. "Grupos nacionais, religiosos, geográficos, linguísticos e culturais não necessariamente coincidem com grupos raciais: e os traços culturais de tais grupos não demonstram conexão genética com os traços raciais. Porque sérios erros deste tipo são usualmente cometidos quando o termo "raça" é usado coloquialmente, seria melhor que, ao se referir às raças humanas, se excluísse o termo "raça", passando a utilizar a expressão "grupos étnicos"."

Acesse o texto integral em inglês no website da UNESCO: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2013.

Aproximadamente 20 anos depois da redação da primeira declaração da UNESCO sobre raça, Claude Lévi-Strauss foi convidado a proferir a aula inaugural do Ano Internacional pela Ação para o Combate ao Racismo, promovido pela UNESCO. Na ocasião, o antropólogo já havia vivenciado o contato com grupos indígenas no Brasil e conhecia bem as consequências do processo civilizatório junto a diferentes populações autóctones. Lévi-Strauss compreendeu que a extensão da civilização às populações pouco contatadas e os intercâmbios culturais daí decorrentes levavam ao desvanecimento da diversidade cultural. Na aula inaugural, contrastando com as concepções defendidas pela UNESCO em prol de uma cooperação entre os povos, Lévi-Strauss reforçou que cada cultura tinha o direito a permanecer surda aos valores da outra e até mesmo a contestá-los. O antropólogo defendeu a legitimidade que têm os seres humanos em permanecer reservados em relação ao outro, como forma de manterem suas fronteiras culturais.

A partir da segunda metade do século XX, começaram a surgir críticas mais contundentes à expansão do imperialismo europeu e à violência do processo colonizador. Ao se confrontarem com as consequências do colonialismo – doenças, populações dizimadas, ambientes degradados –

espalhadas sob territórios até pouco tempo virgens e pouco desbravados, os antropólogos modernos e contemporâneos passam a suspeitar da grande empreitada da civilização ocidental em sua expansão desmedida.



### Para Examinar

O antropólogo Claude Lévi-Strauss narra, em um livro a um só tempo reflexivo e memorialista sobre sua estadia no Brasil, sua tristeza diante da chegada da civilização aos outrora doces trópicos. Escrito no início da década de 1950, “Tristes Trópicos” é um clássico da literatura antropológica e uma crítica à civilização ocidental.

“Hoje, quando ilhas polinésias afogadas em concreto se transformam em porta-aviões solidamente ancorados no fundo dos mares do Sul, quando a Ásia inteira ostenta o semblante de uma zona enfermiça, quando as favelas corroem a África, quando a aviação comercial e militar avilta a candura da floresta americana ou melanésia antes mesmo de poder destruir-lhe a virgindade, de que modo poderia a pretensa evasão da viagem conseguir outra coisa que não confrontar-nos com as formas mais miseráveis da nossa existência histórica? Esta grande civilização ocidental, criadora das maravilhas de que desfrutamos, certamente não conseguiu produzi-las sem contrapartida. Como sua obra mais famosa, amontoado onde se elaboram arquiteturas de uma complexidade desconhecida, a ordem e a harmonia do Ocidente exigem a eliminação de uma massa extraordinária de subprodutos nocivos que hoje infectam a terra. O que nos mostrais em primeiro lugar, viagens, é nossa imundície atirada à face da humanidade”

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.35.

## 4.3 O método etnográfico como marca distintiva da Antropologia Moderna

A proposta boasiana de transformar a ciência antropológica em uma ciência indutiva, ou seja, de que o conhecimento da “história cultural” dos povos é condição fundamental para se compor um enunciado teórico mais amplo, dá o grande impulso à formação da antropologia moderna e abre o caminho para o que se tornaria a marca distintiva da antropologia: a coleta de dados in loco.

O trabalho de campo na antropologia tem início no final do século XIX, com algumas iniciativas que buscam

unir a figura do viajante à do filósofo social, ou ainda, do pesquisador de campo e o teórico. O cientista, portanto, passa a ser caracterizado como alguém que vai em busca de dados e retorna a seu gabinete para construir conhecimentos com base neles.

Um destes empreendimentos foi a Expedição ao Estreito de Torres, organizada pela Universidade de Cambridge em 1898, rumo a uma região desconhecida entre a Austrália e a Nova Guiné. Nesta época, a antropologia começava a se firmar nos centros acadêmicos, mas ainda não havia uma formação específica na área. A expedição, coordenada pelo biólogo marinho Alfred Haddon, reuniu seis pesquisadores de diferentes campos disciplinares, entre eles William Rivers, psicólogo, e Charles Seligman, médico. A presença de pesquisadores oriundos de diferentes disciplinas fazia parte deste esforço coletivo na investigação de diferentes aspectos da cultura local.

Ainda que esta expedição contraste com o ideal individualista que alguns anos mais tarde viria a caracterizar o método etnográfico, alguns autores consideram que esta expedição marcou o nascimento simbólico da antropologia moderna. Isso porque Haddon e seus colegas já concordavam que não era mais adequado a uma ciência antropológica construir conhecimentos desde o gabinete, interpretando ou especulando sobre as culturas primitivas com base em relatos trazidos por missionários, exploradores e oficiais da colônia.

É importante lembrar que Franz Boas teve seus argumentos decisivamente influenciados pelo período em que conviveu com a cultura inuit, cerca de quinze anos antes da expedição organizada por Haddon.

Se na virada do século XX floresce a ênfase na observação direta como matriz da produção de conhecimento antropológico, é com a pesquisa do antropólogo Bronislaw Malinowski, realizada entre os anos de 1914 e 1918 que esta ênfase vai se consolidar como a marca distintiva da antropologia. Na introdução da obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, publicada em 1922, Malinowski sistematiza um conjunto de orientações metodológicas, as quais viriam a influenciar decisivamente o trabalho de campo das gerações seguintes dos antropólogos. Os longos períodos

de convivência com os nativos, o afastamento dos “brancos” (ou seja, de seus pares europeus), o acompanhamento das atividades diárias dos nativos, a aprendizagem da língua nativa, etc. foram alguns dos recursos acionados por Malinowski para se compreender “o ponto de vista do nativo”.

Esta proximidade do nativo, a solidão vivenciada pelo antropólogo no afastamento de sua própria cultura e a experiência do deslocamento, não apenas geográfico, mas um deslocamento de sentido, na medida em que o pesquisador vivencia a cultura do Outro, tornam-se recursos importantes para a superação do etnocentrismo nas pesquisas antropológicas. O “olhar etnográfico” é o olhar imbuído de uma “atitude relativista”, consciente do etnocentrismo.

No método etnográfico, além da observação direta, a interação com os sujeitos da investigação é fundamental: sem interação, ou seja, sem o consentimento dos interlocutores para a realização da observação, não há pesquisa. É justamente o reconhecimento desta condição sine qua non para a realização de uma pesquisa com seres humanos que levou Malinowski a cunhar a expressão “observação participante” como uma técnica na qual o antropólogo interage com a cultura a ser investigada.

É neste sentido que, no desenrolar da Antropologia Moderna, a abordagem antropológica passa a significar uma ruptura com qualquer modo de conhecimento abstrato ou especulativo: a experiência do campo se faz necessária para a compreensão do Outro.



### Estudos e Pesq.

ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . “Etnografia: saberes e práticas”. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.



### Exercício de Aprendizagem

A partir da leitura de ECKERT e ROCHA (2008), liste e comente no fórum as principais características do método etnográfico. Compartilhe com os colegas, tutores e professor suas dúvidas acerca deste método.

**UNIDADE 5:**

# Cultura e Etnocentrismo

Disciplina 2





## 5.1 O conceito de cultura: definições e debates antropológicos

De modo geral, a cultura é vista na antropologia como seu próprio substrato, sua matéria-prima, como algo que distingue a disciplina das demais ciências sociais. Foi Talcott Parsons, um grande expoente das ciências sociais nos Estados Unidos em meados do século XX, que atribuiu a cultura como tema de pesquisa dos antropólogos, fazendo uma divisão, um tanto quanto objetiva, entre os diferentes campos do conhecimento e seus respectivos objetos de estudo no campo das ciências humanas. A psique era estudada pelos psicólogos. O sistema social, a política e a economia pelos sociólogos. E a cultura deveria ser confiada aos antropólogos para que estes pudessem, finalmente, alçá-la ao nível da ciência.

Atualmente, esta divisão de objetos de estudo por campos disciplinares acadêmicos é reconhecida como simplificadora, tendo em vista que a antropologia se dedica ao estudo de diversos fenômenos sócio-culturais, e que estes próprios fenômenos se complexificam e convocam a antropologia a trabalhar na intersecção com outros campos do conhecimento, e a agregar outros conceitos ao de cultura para dar conta desta complexidade.

E também porque o conceito de “cultura”, desde o surgimento da antropologia, vem ganhando muitas versões, interpretações e reelaborações. Podemos mesmo falar em uma trajetória do conceito de cultura, repleta de rupturas, discordâncias, cisões e mesmo tentativas de redirecionamentos em torno do que seria a vocação da antropologia.

Uma questão importante para entender o porquê de o conceito de cultura ser tão central na antropologia desde as primeiras pesquisas é o fato de ela conferir outra possibilidade explicativa do homem que não uma explicação naturalizante ou biológica, como vimos no tópico acima. A partir do conceito de cultura, era possível pensar a humanidade na diversidade dos povos e dos costumes para além de uma resposta ligada à raça, ao biológico.

Já vimos que o primeiro conceito antropológico de cultura, cunhado em 1871 por Edward B. Tylor, antropólogo da chamada escola evolucionista, sugeria uma concepção universalista de cultura, capaz de abranger a totalidade da vida

social do homem. Este conceito abrangente definia o homem em tudo aquilo que o diferenciava do animal, afirmando a dicotomia que persiste até hoje entre natureza e cultura. O caráter objetivo e descritivo do conceito de cultura proposto por Tylor foi fundamental para que esta fosse considerada um objeto de estudo nas investigações antropológicas. A cultura, para Tylor, não era um conceito explicativo da diferença, mas um conjunto de traços unificado o qual denunciaria o estágio evolutivo no qual se encontravam as sociedades.

É a partir da obra de Franz Boas, no entanto, que a cultura assume uma concepção relativista e passa a ser compreendida como um conceito chave para a investigação das diferenças entre as sociedades. Para Boas, não era possível falar de uma única cultura: cada cultura representava uma totalidade singular, a qual deveria ser cuidadosamente investigada.

O legado destes dois precursores se faz sentir nas mais de 150 definições de cultura as quais foram produzidas ao longo do século XX.

As muitas versões em torno do conceito antropológico de cultura estão associadas às tradições das escolas de pensamento na qual se vinculam, mas também se entrelaçam aos contextos sócio-políticos em curso. As mudanças na geopolítica mundial, as guerras, os conflitos e as disputas por territórios, a intensificação dos contatos entre sociedades, contribuíram em muito para o quase desaparecimento de sociedades inteiras. As sociedades isoladas e culturalmente estáveis tornaram-se cada vez mais raras e o contato interétnico era cada vez mais frequente.

Diante destas transformações, alguns antropólogos defendiam a existência de uma cultura original que seria gradualmente descaracterizada ou dominada por uma cultura hegemônica, até seu efetivo desaparecimento. Nesta perspectiva, a cultura era compreendida como um produto acabado, um estoque de traços culturais que ou é preservado, ou é exterminado.

Esta ideia não considerava a possibilidade da transformação e da dinâmica cultural como consequências do contato entre sociedades, tampouco uma reflexão sobre o efeito de situações históricas novas pelas quais uma sociedade

passa, e sua consequente necessidade de formular novos significados ou recriar símbolos tradicionais.

Na década de 1930, muitos estudos antropológicos passam a focar os processos de aculturação (EUA) ou de mudança cultural (Inglaterra). Tais estudos foram muito importantes pois levavam em conta transformações sofridas por diferentes povos em decorrência dos contatos inter-étnicos e de uma distribuição desigual de forças em que prevalecia um padrão hegemônico sobre os demais.

Mesmo com algumas limitações, estes estudos mostraram a complexidade dos fenômenos de aculturação, e foram fundamentais para o posterior reconhecimento de que a tradição e a inovação são dimensões necessárias da cultura, ou seja, as culturas são dinâmicas e, portanto, “cultura” não é algo que se possa perder: ela se transforma.



### Para Examinar

Os povos indígenas do nordeste são com frequência acusados de não serem legítimos ou autênticos pela ausência de traços ou marcos distintivos de uma suposta indianidade, como a expressão de certo fenótipo, o uso de cocares e pinturas corporais. Ainda hoje, é comum escutar que alguns grupos não são indígenas porque assistem à televisão ou usam roupas, acessórios e cortes de cabelo próprios de uma cultura do “branco”.

Este olhar sobre a questão indígena desconsidera a existência de fluxos culturais que influenciam e modificam as culturas, de circunstâncias históricas de opressão e violência que levaram tais indígenas a se afirmarem como caboclos e manterem em segredo sua distinção étnica.

Para além da vestimenta, da aparência física, e de características que povoam o imaginário do homem branco sobre o que é “ser índio”, os estudos antropológicos sobre estes grupos vêm apontando para a existência de outros demarcadores da diferença entre índios e não-índios, como por exemplo, a ancestralidade, o parentesco e o acesso a determinados locais e práticas religiosas.



### Acesse

O website <http://www.indioeduca.org/> é organizado por jovens lideranças indígenas, muitos deles professores e universitários, que buscam apresentar o índio em uma visão contemporânea, derrubando mitos e preconceitos enraizados na sociedade e nos ambientes escolares. É composto de diferentes tópicos, trazendo vídeos, fotografias, desenhos e sugestões para alunos e professores.

O website [WWW.indiosnonordeste.com.br](http://WWW.indiosnonordeste.com.br) também traz um panorama das lutas e reivindicações destes

povos e apresenta algumas referências bibliográficas para se trabalhar a questão indígena no ensino médio.

Se hoje em dia os antropólogos entendem a cultura em sua dimensão simbólica, ou seja, para além de um conjunto de traços tais como vestimentas, danças, rituais, artefatos, característicos de uma determinada sociedade, é graças a todos os conceitos anteriormente formulados, os quais possibilitaram que a cultura fosse tomada enquanto um objeto de investigação antropológica.

Uma das concepções mais contemporâneas de cultura é a proposta pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz. Para o autor, o homem é um animal suspenso por teias de significado as quais ele mesmo teceu, ou seja, o homem “cria” a cultura e está nela emaranhado. A cultura seria uma espécie de mapa, um guia que orienta as nossas ações simbólicas no mundo.

A cultura, portanto, também não é sinônimo de arte de elite, embora com frequência o senso comum afirme, cotidianamente, que fulano ou sicrano “não tem cultura”, referindo-se ao fato de não terem estudo ou conhecimento suficiente. O antropólogo Roberto DaMatta discute em um pequeno texto, as relações entre o senso comum acerca do conceito de cultura e a construção de um conceito antropológico de cultura, ou seja, enquanto categoria intelectual para a compreensão da diferença. Cultura, mesmo com todas as reformulações, segue sendo um conceito chave para a interpretação antropológica da vida social.



### Estudos e Pesq.

DAMATTA, Roberto. “Você tem cultura?”. In: Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, pp.121-128.

## 5.2 Sobre etnocentrismo

Outro conceito, o qual dialoga com o de cultura e é fundamental para o desenvolvimento da ciência antropológica é o de etnocentrismo. Pois é justamente o contato com a diferença cultural que provoca em nós sentimentos os mais diversos: de fascínio, de rejeição, de estranhamento, de curiosidade.

Para Everardo Rocha,

“Etnocentrismo é uma visão do mundo com a qual tomamos nosso próprio grupo como centro de tudo, e os demais grupos são pensados e sentidos pelos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.

Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano – sentimento e pensamento – vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas.”

ROCHA, Everardo P Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 07.

Sem dúvida, a experiência do confronto com uma forma de viver diferente da nossa – o choque cultural – é desencadeadora de um julgamento de valor que impede o reconhecimento da diferença sem que esta seja enquadrada em estereótipos e valorações negativas e mesmo pejorativas. O etnocentrismo demonstra a incapacidade de se compreender a cultura do outro a partir de parâmetros estranhos à nossa.

Este impulso etnocêntrico é comum a todas as culturas, não está localizado em períodos nem em sociedades específicas. Segundo Everardo Rocha (2009), o contato com a diferença é sempre ameaçador, pois fere a nossa própria identidade cultural. Poderíamos dizer mesmo que um certo grau de etnocentrismo é necessário para a preservação das formas culturais dos grupos sociais.

Se por um lado a atitude etnocêntrica reforça e enfatiza a legitimidade e coerência da nossa própria forma de viver, por outro ela pode assumir uma face violenta e autoritária quando nega ao outro o direito de falar sobre si próprio. O grande problema é quando o pensamento etnocêntrico é a base que



### Estudos e Pesq.

**ROCHA, Everardo P Guimarães.**  
**O que é etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp 7-22.**

edifica a criação de políticas públicas ou de doutrinas e teorias científicas sobre a alteridade. Podemos encontrar facilmente exemplos na política, na ciência e na educação.

O esquema de pensamento dos evolucionistas culturais, por exemplo, tomava como ápice do desenvolvimento humano, a própria sociedade dos pesquisadores. A civilização não era apenas o topo desta escala evolutiva, era também o centro a partir do qual se estabeleciam os critérios de evolução das sociedades. As doutrinas deterministas também eram fortemente etnocêntricas, pois de modo geral consideravam a raça branca como superior às demais.

Nas pesquisas antropológicas modernas e contemporâneas, a superação do etnocentrismo é uma regra metodológica para a construção do conhecimento. Não é possível realizar uma pesquisa sobre um grupo diferente do meu se permaneço arraigado aos valores, crenças e formas de pensar da minha sociedade. A atitude relativista, ou seja, de buscar compreender uma cultura de acordo com suas próprias lógicas, torna-se para o antropólogo um princípio metodológico para a investigação social.



### Acesse

O vídeo “O perigo da história única” mostra a palestra proferida pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie no evento Technology, Entertainment and Design (TED), em 2009. A partir de experiências pessoais, a escritora relata diversas situações nas quais um único ponto de vista é privilegiado, o que reforça a construção de visões limitadas e mesmo equivocadas acerca de diferentes sociedades. Assista o vídeo em <http://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso em 22 de julho de 2013.



### Exercício de Aprendizagem

Elabore um glossário com os conceitos de “cultura”, “etnocentrismo” e “relativismo cultural”. Faça uma pesquisa nas revistas, jornais, televisão, vídeos, blogs e websites e traga exemplos para cada um destes conceitos.



## Exercício de Aprendizagem

Leia o texto abaixo, escrito por Bronislaw Malinowski durante sua pesquisa de campo, e reflita:

“Se um homem embarca em uma expedição decidido a provar certas hipóteses e se mostra incapaz de modificar sem cessar seus pontos de vista e de abandoná-los em razão de testemunhos, inútil de dizer que seu trabalho não terá valor algum” (Malinowski, 1976, p.65)

Discuta no fórum o motivo pelo qual esta citação do antropólogo Bronislaw Malinowski sintetiza a abordagem da Antropologia Moderna.



## Bibliografia Básica

BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo em Antropologia” in Antropologia Cultural. Organizado, apresentado e traduzido por Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 25-39.  
CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. “Você tem cultura?”. Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, pp.121-128.

ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . “Etnografia: saberes e práticas”. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

LARAIA, Roque. Cultura – um conceito antropológico. 19ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ROCHA, Everardo P Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.43-66.